

20/04/2016

APEOESP

23

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

Mobilização total para a assembleia de 29/04

Organizar assembleias regionais para debater a greve

Os próximos dias são muito importantes para a definição de nossa campanha salarial e educacional de 2016.

Estamos em estado de greve e as subsedes devem **realizar assembleias regionais** amplamente convocadas para **debater com os professores e professoras suas posições sobre a deflagração ou não da greve na assembleia do dia 29/4**, sexta-feira, às 14 horas, no Vão Livre do MASP, na Avenida Paulista, em São Paulo.

Nesta discussão, deve ser avaliado também o **impacto do pagamento do bônus** aos professores, tendo em vista que a avaliação preliminar que fazemos é que, além do fato de 35 mil professores nada receberem, os valores pagos são, em média, muito inferiores aos pagos em 2015. Lembrando que naquela ocasião o Governo elevou o pagamento total do bônus a mais de R\$ 1 bilhão, com objetivo de acabar com a nossa greve.

Não podemos aceitar mais um ano com reajuste zero nos nossos salários.

Emergencialmente, lutamos por:

- **reposição – para todos os professores, da ativa e aposentados – da inflação do período que começa em julho de 2015 (data de nosso último reajuste) e o mês de fevereiro de 2016, totalizando 16,6% de reajuste.**
- **mesa permanente de negociação para discutir a valorização profissional, com base na meta 17 do Plano Nacional de Educação, que determina a equiparação salarial dos professores pela média salarial dos demais profissionais com formação de nível superior.**

Para a APEOESP, a verdadeira valorização dos professores se dá por meio de uma política salarial que tenha como objetivo o cumprimento da meta 17 do PNE. Para alcançar esta meta, precisamos de um plano de reajustes paulatinos que perfaçam 75,33% de reajuste total.

Licenças médicas

O Governo Estadual tira o direito à vida, ao descontar dos salários dos professores as faltas do período em que aguardam as perícias médicas e a publicação de suas licenças médicas no Diário Oficial do Estado. Recorreremos à Organização Internacional do Trabalho contra esta medida absurda.

Não podemos prever em que momento podemos adoecer. Este assunto, portanto, não afeta somente os professores que hoje estão adoecidos, mas interessa a toda a nossa categoria. Se adoecermos, como faremos para sobreviver, com descontos em nossos já baixos salários?

O que o Governo faz é um verdadeiro atentado à vida dos professores, ao direito de se cuidarem, de se manterem saudáveis e por uma via muito injusta, pois a licença saúde é um direito assegurado pela Constituição. O professor não pode ter salários descontados por ter adoecido.

Contra o fechamento de classes

Não estamos passivos frente ao fechamento de mais de 1400 classes, sobretudo no período noturno, que já deixou ao menos 260 mil estudantes fora da escola no período recente, como apontam os dados do FUNDEB no estado de São Paulo.

O fechamento das classes no noturno tira dos jovens o direito de estudar na idade certa. Jovens trabalhadores ou que realizam outras atividades de formação durante o dia são impedidos de prosseguir estudos e acabam se afastando da escola e a eles resta a única opção de frequentar, mais tarde, a Educação de Jovens e Adultos – cujas turmas, diga-se de passagem, também vem sendo fechadas pelo Governo Estadual.

Mais uma vez se evidencia a política neoliberal, de deliberada exclusão social, do Governo do Estado. Lutamos pela reabertura das classes e do noturno e pelo limite máximo de 25 estudantes por classes em toda a educação básica.

Concurso/contratação de professores

Na greve de 2013, a APEOESP conquistou o maior concurso da história da rede, com 59 mil vagas. Muitos professores já foram chamados, mas ainda há muitas vagas a preencher. Queremos que o Governo Estadual realize novas chamadas, até que todos os professores aprovados neste concurso e também no concurso de PEB I sejam convocados e possam assumir suas vagas.

Por outro lado, é preciso resolver a aflitiva situação dos professores da categoria O, cujo regime de trabalho é de semiescavidão, com as mesmas obrigações dos demais professores e escassos direitos. A APEOESP está elaborando um projeto de lei de iniciativa popular

para instituir uma nova forma de contratação para este segmento, com isonomia de direitos com os demais integrantes da categoria, até que possam ser aprovados em concurso público.

Emergencialmente, devemos pressionar o Governador para que assine o decreto a ele encaminhado pela SEE para regularizar os direitos destes professores (faltas e férias) de acordo com o novo prazo de contratação estabelecido pela lei complementar 1277/2015.

Por merenda de qualidade nas escolas. CPI da merenda, já!

A má qualidade da merenda vem provocando manifestações de protesto dos professores, estudantes e pais. A APEOESP tem se posicionado fortemente em relação a essa questão, denunciando que os estudantes vêm recebendo nas escolas estaduais merenda de baixo valor nutritivo (bolachas, sucos, água ou chá), quando, sabemos, muitas famílias enviam suas crianças à escola para que tenham ao menos uma refeição de melhor qualidade todos os dias.

Por outro lado, os deputados estaduais da base de sustentação do Governo Estadual na Assembleia Legislativa empenham-se em impedir que se instale uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o roubo das verbas destinadas à merenda escolar, um esquema que envolve autoridades do próprio Governo. Queremos merenda de qualidade nas escolas e a imediata instalação da CPI, para que tudo seja apurado, os responsáveis presos e os recursos devolvidos.

Contra os desvios de verbas da educação

O Governo Estadual vem retirando seguidamente recursos da

educação pública. As políticas de renúncia fiscal projetam um prejuízo de R\$ 60 bilhões ao estado nos próximos três anos. Neste momento, o Estado já perdeu R\$ 14,5 bilhões em arrecadação com esta política, beneficiando setores empresariais. O pretexto é a geração de empregos, mas isto não vem ocorrendo.

A renúncia fiscal e as isenções tiram dinheiro diretamente da saúde e da educação, serviços públicos cujas verbas são percentualmente vinculadas à arrecadação de imposto pelo Estado. Queremos o fim desta política de isenções e renúncia fiscal.

Também queremos que o Governo do Estado devolva à educação R\$ 17,5 bilhões (valor atualizado) desviados no final da década de 1990 para outras finalidades.

Reivindicações

Associadas à questão salarial, devemos trabalhar com o conjunto de questões que afetam diretamente os professores e também com aquelas que dizem respeito às condições de funcionamento das escolas, às verbas para a educação, à gestão democrática e outras.

- Fim dos descontos salariais dos professores doentes. Humanização do atendimento no DPME. As subsedes devem realizar levantamento de todos os casos em que os professores estão tendo descontos desta natureza. Lutaremos pela derrubada do parecer da Procuradoria Geral do Estado que autoriza este procedimento.
- Aplicação da jornada do piso.
- Assinatura imediata do Governador no decreto que regulariza os direitos dos professores temporários (categoria O) à nova duração dos contratos, de acordo com a lei complementar 1277/2015.
- Nova forma de contratação de

professores temporários (categoria O), com isonomia de direitos com professores efetivos, até sejam aprovados em concurso público.

- Reabertura das classes fechadas e reabertura do noturno.
- Máximo de 25 estudantes por classes na educação básica.
- Condições de trabalho para os professores e de ensino-aprendizagem para os estudantes.
- Merenda de qualidade em todas as escolas.
- CPI da merenda, já. Prisão dos culpados, confisco dos bens e devolução do dinheiro desviado.
- Fim das políticas de isenções e renúncia fiscal que reduzem as verbas da educação. Neste momento já houve uma perda de R\$ 14,5 bilhões na arrecadação do Estado.
- Devolução de R\$ 17,5 bilhões (corrigidos) que foram desviados da educação, conforme relatório da CPI da Educação (ano 2000).

Diálogo com a comunidade e mobilização

A assembleia do dia 29/4 precisa ser muito numerosa e representativa para deflagrar um movimento forte, que obrigue o Governo do Estado a negociar e atender nossas reivindicações. Por outro lado, mais ainda que em 2015 precisamos ter ao nosso lado a comunidade escolar e um expressivo apoio da população. Assim as subseções devem realizar:

- **Visitas intensivas às escolas**, dialogando com estudantes, pais, funcionários, comunidades e movimentos sociais para que apoiem e participem da nossa mobilização.
- **Rodas de conversa, encontros, aulas** e atividades para informar e engajar estudantes e

pais no apoio à nossa luta.

- Com carro de som e outros meios, **panfletagens** nas proximidades das escolas e locais de grande concentração popular, como praças, avenidas, terminais, igrejas, mercados, feiras, empresas etc.
- **Pedágios” nos semáforos**, com faixas, para denunciar a situação da escola pública e conversar com a população sobre as razões de nossa provável greve, solicitando apoio.
- **Realizar atividades junto com os estudantes nas praças públicas em relação à merenda escolar.** Recolher assinaturas pela CPI da merenda e por merenda de qualidade. **Distribuir “merenda” à população** (bolachas e água). Como forma de denúncia.
- **Encontro regional de profes-**

sores da categoria O para debater e encaminhar as decisões indicativas do Encontro Estadual de Professores da Categoria O, realizado em 16/04.

- **Organizar caravanas para a audiência pública** que debaterá a situação da educação estadual e a questão da merenda, no dia **27/04, na ALESP.**

Atividades do dia 27/04:

Manhã - a partir da **9h00** - no **auditório Paulo Kobayashi: webconferência sobre a Base Nacional Comum Curricular**
Tarde - a partir das 14h00 - no Auditório Franco Montoro - audiência pública sobre a educação pública estadual.

Precisamos de muita gente lá para pressionar os deputados pela instalação da CPI da merenda e pela melhoria da escola pública estadual.

Paralise sua escola e VENHA PARA A ASSEMBLEIA Votar pela greve

ASSEMBLEIA ESTADUAL COM PARALISAÇÃO

29 Abril 14h

Vão Livre do MASP Av. Paulista

REAJUSTE ZERO, NEM PENSAR!

Queremos, emergencialmente:

- Reajuste de 16,6% para repor a inflação do período (desde julho de 2014), extensivo aos aposentados.
- Mesa permanente de negociação para discutir a valorização dos professores, de acordo com a meta 17 do PNE (equiparação salarial com os demais profissionais com formação de nível superior).

E mais:

- Reabertura das classes fechadas, principalmente no noturno.
- Materiais e equipamentos nas escolas.
- Extensão dos direitos da categoria O para cada ano de contrato. Pagamento de férias.
- Fim dos descontos de salários de professores doentes que aguardam publicação de licenças.
- Merenda nutritiva e de qualidade em todas as escolas.
- CPI da merenda já! Prisão dos culpados, confisco dos bens e devolução do dinheiro desviado.
- Fim da política de renúncia fiscal para empresários e aplicação dos recursos na educação.
- Devolução de R\$ 17,5 bilhões desviados da educação de 1995 a 2000.

Procure a sua subseção. Compareça!

Outras reivindicações.

AFPEESP

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

FEUOBA - FET - CUT